

# A espacialização da luta pela terra no Paraná

João E. Fabrini<sup>1</sup>  
Djoni Roos<sup>2</sup>  
Erwin B. Marques<sup>3</sup>

**Resumo:** As práticas coletivas desenvolvidas pelos camponeses são materializadas principalmente nas lutas e resistências para entrar na terra e nela permanecer. Estas práticas se manifestam de variadas formas, das quais se destacam as lutas realizadas nos movimentos sociais, como ocupações de terra, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias, dentre outras. Considerando o conteúdo espacial das lutas e resistências camponesas, foram coletadas informações em jornais que permitiram representar geograficamente as lutas e resistências camponesas realizadas no Estado do Paraná em 2006. Os dados coletados nos jornais de circulação estadual e regional subsidiaram também a elaboração do Dataluta/PR (Banco de Dados da Luta pela Terra).

**Palavras-chaves:** Luta pela terra, camponeses, banco de dados.

**Abstract:** The collective practices developed by the peasants are materialized mainly on fights and resistances to enter and to stay in the land. These practices are shown in many forms, pointing out the fights accomplished by the social movements, as land occupations, formation of cooperatives, parades, highways and bank agencies closings, and others. Concerning the spatial content of the fights and resistances farmers, there was collected information in newspapers that allowed representing geographically the fights and resistances peasants accomplished in the State of Paraná in 2006. The data collected in the state and regional newspapers also subsidized the elaboration of Dataluta/PR (database of the Fight for the Land).

**Keywords:** Fight for the land; peasants; database.

## Introdução

A luta dos camponeses se constitui numa das principais características do campo brasileiro e paranaense. Resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e capitalistas, os camponeses têm conseguido algum resultado em seu favor que se materializa, sobretudo, na conquista da terra (assentamentos), créditos, infraestrutura, renegociação de dívidas, políticas públicas. A partir das informações coletadas em jornais de circulação estadual e regional está sendo elaborado o Dataluta/Paraná, ou seja, um banco de dados das lutas realizadas no campo paranaense.

A elaboração desse Banco de Dados da Luta pela Terra/PR é parte de um projeto mais amplo denominado Dataluta/Brasil, sediado no Nera (núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária) da Unesp/Presidente Prudente. A coleta de dados da luta pela terra será organizada para visualizar sua representação geográfica nas escalas nacional (Dataluta/Brasil), estadual (Dataluta/Minas Gerais, Dataluta/São Paulo, Dataluta/Paraná) e microrregional (Dataluta/Pontal, Dataluta/Triângulo Mineiro, Dataluta/Oeste Paranaense).



1 Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do GEOLUTAS (Grupo de Estudos da Geografia das Lutas no Campo e na Cidade). Email: [fabrini@unioeste.br](mailto:fabrini@unioeste.br)

2 Aluno do curso de geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do GEOLUTAS.

3 Aluno do curso de geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do GEOLUTAS.

## Reforma agrária e luta pela terra

A discussão sobre a reforma agrária tem emergido a partir das ações desenvolvidas pelos camponeses, principalmente foi colocada na agenda política nacional num passado recente. Entretanto, este debate está presente na questão agrária desde meados do século XX.

Segundo MEDEIROS (1993), no decorrer desse tempo a reforma agrária tem assumido diferentes conotações, formas e significados, sendo associada ora à modernização da agricultura, ora às mudanças das relações de trabalho, colonização e ocupação de novas terras, desapropriação massiva, intervenções, assentamentos de trabalhadores rurais e criação de empreendimentos coletivos, dentre outros.

Na década de 1950, as ações de luta pela terra e reforma agrária eram localizadas, quando os camponeses posseiros e arrendatários resistiam às investidas dos proprietários de terra e das empresas colonizadoras que procuravam expulsá-los das terras.

A partir de 1960, o debate sobre a reforma agrária tomou impulso e ganhou amplitude com as ações do Partido Comunista, principalmente. A idéia de que o campo brasileiro era marcado por traços feudais, que impediam o desenvolvimento das forças produtivas, se constituía num obstáculo para a intensificação das relações capitalistas no campo, condição para realização da revolução socialista (MARTINS, 1990).

Nessa época surgiu também a proposta de reforma agrária das Ligas Camponesas. Os camponeses investiam na quebra do poder oligárquico sem nenhuma aliança com segmentos burgueses. As ligas tiveram grande significado não pela sua espacialização, pois estiveram mais concentradas no Nordeste, mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta para as questões relacionadas ao campo brasileiro (FERNANDES, 1996).

Os primeiros conflitos surgiram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, devido às ameaças de despejo que os foreiros vinham sofrendo, o que desencadeou um processo de resistência por parte desses trabalhadores. A luta pela reforma agrária foi incorporada às lutas mais imediatas dos camponeses, como a manutenção do sítio (terra para o plantio de gêneros de subsistência), diminuição do foro (tributo pago aos proprietários das terras), extinção do sistema de barracão, além de outras reivindicações.

Foi neste contexto que se fixou conteúdo político à reforma agrária, quando foram incorporadas algumas palavras-chaves como, por exemplo, latifúndio. Este conceito foi construído e entendido não apenas como grande propriedade improdutivo e atrasada tecnologicamente, mas também expressa uma relação de poder, de opressão e ausência de direitos. Assim, a luta contra o latifúndio passou a ganhar legitimidade e a alteração da estrutura fundiária passou a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes. Dessa forma, foi incorporado conteúdo político ao latifúndio, pois não se tratava apenas de um “atraso econômico”.

No período de 1945 a 1964 ocorreu o fortalecimento dos movimentos populares de luta pela reforma agrária em todo o Brasil. O golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, a militarização e centralização da questão agrária (por meio da elaboração do Estatuto da Terra) foram instrumentos utilizados para conter as forças populares (MARTINS, 1990).

Baseado num modelo essencialmente desenvolvimentista, o Estatuto da Terra previa a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, latifúndios por dimensão e exploração e empresa rural. O latifúndio e o minifúndio, fontes geradoras dos conflitos, deveriam ser substituídos pela empresa rural. Considerado como uma irracionalidade, o latifúndio seria substituído por uma exploração “racional”, ou seja, a empresa rural capitalista. Esse modelo ideal de imóvel rural deveria cumprir a função social da terra determinada pela Constituição.

A desapropriação de terra por interesse social prevista no Estatuto da Terra ficou para segundo plano, sendo dada preferência para a tributação na extinção dos latifúndios. A reforma agrária dos militares foi pensada também a partir de assentamentos de trabalhadores rurais despossuídos nos projetos de colonização, que distribuíram títulos de posse de terra aos agricultores na Amazônia, principalmente. Assim, o elemento principal (desapropriações) para a eliminação do latifúndio e implantação da reforma agrária foi substituído por instrumentos acessórios (colonização e tributação).

Os projetos de colonização com a distribuição de lotes de 100 hectares nas margens das rodovias na Amazônia tinham entre outros objetivos a desmobilização da luta pela terra em outras regiões do País.

No final da década de 1970, surgem os primeiros sinais de esgotamentos do plano político e agrário dos militares com o agravamento das tensões no campo. Observa-se neste momento as greves dos cortadores de cana no Nordeste e na região de Ribeirão Preto/SP (um pouco mais tarde, 1984), o surgimento do sindicalismo combativo entre os trabalhadores rurais, a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a luta dos pequenos proprietários, principalmente aqueles “integrados”, contra a política agrícola governamental mais voltada para atender os interesses de grandes proprietários (FERNANDES, 1996).

Neste contexto, caracterizado pela emergência das lutas no campo, surge à mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, que procuraram colocar o Estado no centro das reivindicações, resultando na realização dos primeiros assentamentos de reforma agrária em todo o país.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com seu caráter popular, passou a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores do campo, com novas formas de luta, fazendo com que a sociedade veja a condição de “exclusão” dos sem-terra do processo produtivo e da apropriação da terra, criando situações que envolvem o Estado na questão da terra por meio de ocupações, caminhadas, atos públicos (MST, 1986).

O movimento dos sem terra surgiu como uma manifestação da sociedade organizada objetivando modificar a ordem estabelecida no campo. Os trabalhadores do campo, por meio da luta de resistência, passaram a recusar a proletarização e a migração como condição imposta pela ordem dominante. Eles criam a possibilidade de retorno e permanência na terra.

As primeiras lutas dos sem-terra surgiram de forma isolada com as ocupações de terra no início da década de 1980 nos cinco estados ao sul do Brasil (Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo). No Rio Grande do Sul ocorreram as ocupações das fazendas Macali e Brillante, em Ronda Alta. No Paraná, os agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu formaram o Movimento Justiça e Terra, que reivindicava a justa indenização das terras inundadas. Em Santa Catarina aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê (MST, 1986).

Nesta mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina no Estado de São Paulo. Em Mato Grosso do Sul, ocorreu a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. É importante destacar a ação dos brasiguaios, que retornavam no início das mobilizações para o Mato Grosso do Sul.

As ocupações de terra são práticas criadas nas experiências de luta dos sem-terra e se constituem no principal instrumento de luta que visa em última instância, solapar a estrutura agrária baseada na concentração de terras, o que garante poder às elites e segmentos dominantes no campo. Portanto, a “espinha dorsal” das classes hegemônicas é a propriedade da terra. A sua democratização, efetivada através da reforma agrária realizada

pela luta, viabilizará outras conquistas, tanto econômicas como políticas. Assim, o acesso a terra seria a primeira condição para superar a situação de exclusão em que se encontram as diversas categorias de trabalhadores do campo.

Segundo MEDEIROS (1993), as conquistas alcançadas a partir das ocupações devido à ação do MST fizeram com que também outros segmentos organizados dos trabalhadores do campo, como é o caso da CONTAG (confederação nacional dos trabalhadores na agricultura), adotassem a ocupação como uma de suas práticas de luta. Operacionalizados pelos STRs (sindicatos dos trabalhadores rurais), principalmente, os trabalhadores rurais vinculados à CONTAG, passaram a atuar no sentido de organizar ocupações de terra nos vários estados brasileiros.

A realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês. Sem a conquista da terra não ocorre a construção do território camponês, ou seja, sem a conquista da terra, as novas relações sociais e de produção (relações camponesas) não podem se materializar no espaço, a não ser num espaço reduzido, onde foram montadas as barracas dos sem-terras ocupantes. A ocupação é um pré-requisito para a territorialização dos sem-terra, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas ou dos camponeses.

Os assentamentos indicam a conquista de uma fração do território (terra) e se constitui como possibilidade para a ampliação das lutas. Assim, é nos lugares em que ocorre uma concentração maior de assentamentos (fração do território) que se ampliam à organização dos sem-terra e, conseqüentemente, surgem novas conquistas.

A realização dos assentamentos e a conquista da terra implicaram em novos desafios para os sem-terra. A preocupação com sua reprodução na terra, agora na condição de assentados, passou a fazer parte das suas lutas. Esta preocupação também faz parte do universo de luta dos pequenos agricultores que tem feito variados enfrentamentos à ordem expropriatória capitalista.

### **A luta no campo paranaense**

O espaço geográfico paranaense caracteriza-se, sobretudo, pela espacialização dos conflitos e da luta pela terra. A partir dessa espacialização pode-se compreender o dinamismo social e como o espaço agrário paranaense está organizado. A luta pela terra no Estado do Paraná não é um fenômeno recente e as várias regiões do Estado foram e estão sendo geografadas por estas lutas.

Na década de 1950, o Norte do Paraná, foi palco de intenso conflito e luta com a formação da chamada “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses/posseiros que habitavam as terras devolutas de Jaguapuitã e Porecatu passaram a resistir aos despejos de suas terras, inclusive utilizando-se de armas.

Ainda na década de 1950, a região Sudoeste também foi marcada por intensos conflitos. Aí, as lutas e conflitos surgiram quando os colonos/camponeses foram expulsos de suas terras através de manobra empreendida pelo governo estadual. Organizados em “assembléias gerais do povo” e “juntas governativas”, os camponeses avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando estações de rádio. Medidas para resolver os problemas vieram com a militarização da questão agrária e a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, no início dos anos 1960 (MARTINS, 1990).

Durante a ditadura iniciada em 1964, as lutas e tensões foram contidas através da extrema violência que caracterizou este período da história brasileira e paranaense, quando as mobilizações eram duramente reprimidas pela força militar.

No final da década de 1970, constitui-se uma nova região de lutas no Estado, caracterizada pela mobilização e a organização dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu: o Oeste. Organizados pela Comissão Pastoral da Terra, surgiu o “Movimento Justiça e Terra” no Paraná, que reivindicava a justa indenização das terras. Destaca-se também na mobilização dos expropriados pela barragem de Itaipu a ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), pastores e adeptos da Igreja Luterana (BONIN et al., 1991).

Foram montados acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembléias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi à base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste, em 1981: o MASTRO. É importante destacar também o Oeste, neste momento, pelas lutas desenvolvidas pelos ribeirinhos e ilhéus do rio Paraná, que se mobilizavam, principalmente na cidade de Guairá.

Somadas às lutas desenvolvidas em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande Encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro do país (regional sul), realizado na cidade de Medianeira em 1982.

Segundo BONIN et al. (1991) a partir daí, o movimento vai coordenar a ocupação de vários latifúndios. Entre eles, destaca-se a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo (1983); Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983); Quinhão 11 em Sertaneja (1983); Imaribo em Mangueirinha (1984). Várias frentes de lutas surgiram em todo o Estado, como no Norte do Paraná (MASTEN - movimento dos agricultores sem-terra do Norte do Paraná) e Sudoeste (MASTES – movimentos dos agricultores sem-terra do Sudoeste do Paraná), entre outros.

Em 1984, foi realizado em Cascavel o primeiro encontro de caráter nacional dos trabalhadores rurais sem terra. Neste encontro foram definidos os princípios e as formas de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi realizado, também no Paraná (Curitiba), o I Congresso Nacional do MST em 1985. As ocupações foram definidas como a principal forma de luta. Neste Encontro também foi definida uma Coordenação Nacional.

O movimento dos sem-terra espacializou-se, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nos mais variados municípios do Estado. A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996. Mais de 3.000 famílias acamparam na então fazenda Giacomet, com 83.000 hectares, no município de Rio Bonito do Iguaçu.

Os brasiguaios, que se destacaram pelo retorno ao Brasil, acampando no Estado de Mato Grosso do Sul, sempre estiveram presentes nas lutas pela terra no Paraná. Entretanto, a partir de 1998, os brasiguaios passaram a atuar de forma mais intensa, com ocupação e acampamentos nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Ibema e Mariluz, principalmente.

Outra frente de luta é aquela desenvolvida pelos agricultores atingidos pelas barragens do rio Iguaçu. Acumulando experiências de outras lutas, o movimento teve início em 1993 com mobilização pela indenização das terras inundadas. Em 1995, o movimento toma maior força, realizando grandes assembléias, acampamentos e lutas de resistência, que resultou no reassentamento de 615 famílias nas regiões Oeste/Sudoeste.

Assim, pode-se observar que na década de 1980, as regiões que se caracterizam por lutas no campo foram às regiões Oeste, Sudoeste e Central. O Noroeste irá se destacar a partir de 1990 com as mobilizações e lutas,

principalmente nos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Marilena, onde ocorreram ocupações, manifestações, despejos e violências generalizadas, inclusive com assassinato de lideranças dos sem-terra.

Os sem-terra têm resistido e a cada despejo realizado eles respondem com novas ocupações de terras. Isso pode ser verificado através das recentes ações (década de 1990), com ocupações em Cascavel, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Guarapuava, dentre outros. O Oeste do Paraná, que se constituiu, em vista das contradições aí presentes, como a região de origem do movimento dos sem-terra, emerge novamente, a partir de 2000, como mais um espaço de lutas e conflitos. Assim, a luta pela terra no Paraná não está assentada em um único centro, mas especializada por todo o território paranaense.

A partir de informações coletadas em jornais de circulação estadual e regional estão sendo acumuladas informações desde início de 2006 para elaboração do Dataluta/PR, ou seja, um banco de dados das lutas realizadas no campo paranaense. A elaboração do banco de dados na escala estadual, no caso do Estado do Paraná, percorre o seguinte caminho: escolha dos jornais que servirão como fonte; recorte dos jornais com matérias que tratam das lutas no Estado; leitura diária desses recortes; recolhimento dessas informações: data da realização da luta, local ou município, número de famílias ou de participantes, movimento; inserção dos dados em um banco de dados. Além das informações coletadas nos jornais, o banco de dados também é alimentado por informações proveniente do INCRA (instituto nacional de colonização e reforma agrária), CPT (comissão pastoral da terra), Ouvidoria Agrária vinculada ao MDA (ministério do desenvolvimento agrário).

Para a elaboração do Dataluta/PR foram coletados dados dos jornais Folha de Londrina (Londrina), O Paraná e Gazeta do Paraná (Cascavel), quando se verificou que as principais lutas realizadas no ano de 2006 no Paraná foram aquelas relativas à conquista da terra, obtenção de recursos financeiros, assistência técnica, preservação da biodiversidade e infraestrutura para agricultura camponesa e empresarial. A partir das diferentes demandas verifica-se também a presença de variados movimentos, dos quais se destacam a Via Campesina, MST, MLST (movimento de libertação dos sem-terra), pescadores e ilhéus, STRs, dentre outros.

As informações das lutas descritas a seguir, coletadas nos referidos jornais, ocorreram durante o ano de 2006.

No Estado do Paraná ocorreram várias lutas em defesa da biodiversidade, organizadas principalmente pela Via Campesina e pelo Fórum Oeste da Agricultura Familiar, que estão voltadas contra os transgênicos e as empresas multinacionais que os representam. Nestes enfrentamentos são denunciadas as estruturas de dominação dos camponeses engendradas no processo de produção e manipulação de sementes transgênicas, como aconteceu na V Jornada de Agroecologia realizada em Cascavel. Por meio destas manifestações os camponeses buscam divulgar a produção de sementes crioulas e a retomada de valores camponeses. Assim, a Jornada realizada em Cascavel serviu para fortalecer as lutas pelo resgate e a manutenção dos valores camponeses, bem como contribuiu para pressionar o Estado na limitação do cultivo de plantas transgênicas.

Um importante exemplo dessa luta foi a ocupação de uma área da EMBRAPA (empresa brasileira de pesquisa agropecuária) em Ponta Grossa e da fazenda experimental da Syngenta Seeds<sup>4</sup> em Santa Tereza do Oeste, onde ambas realizam pesquisas de sementes transgênicas. É importante destacar que a Syngenta realizava pesquisas na zona de amortização ambiental em torno do Parque Nacional do Iguaçu. Os camponeses ligados a Via Campesina reivindicam a destinação dessa área à criação de um centro de pesquisas de sementes crioulas.

4 Empresa transnacional sediada na Suíça que atua na pesquisa, inovação e difusão biotecnológica no setor do agronegócio. A Syngenta tornou-se mais conhecida pela realização de pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), sobretudo na produção de sementes para grandes culturas agrícolas, hortaliças, flores e beterraba açucareira. No Brasil, a Syngenta possui dois centros de pesquisa localizados em Santa Tereza do Oeste/PR e Uberlândia/MG.

Outro exemplo de luta em defesa da biodiversidade foi o protesto organizado pela Via Campesina durante a realização do COP-8 (confederação das partes para preservação da biodiversidade) em Pinhais. Percebe-se que a luta assume novas dimensões e passa a incorporar a preservação da biodiversidade que está sendo ameaçada pela expansão do capitalismo no campo. A proteção da biodiversidade significa para o camponês a preservação de seu próprio modo de vida, pois a pesquisa e produção de transgênicos são entendidas como fruto dos interesses capitalistas que resultam na subordinação e expropriação dos campesinos, não sendo assim, destinadas para a manutenção da vida.

Um ponto a ser destacado é que essas lutas ocorrem de forma organizada por vários movimentos. Observa-se assim novo papel dos movimentos sociais, pois não atua somente na conquista da terra e na busca de recursos para a produção, mas também lutam pela preservação do modo de vida camponês.

Dentre os movimentos de camponeses que mais se destacam no Estado do Paraná pelos protestos, há aqueles de luta pela terra, como é o caso do MST/Via Campesina, MLST, MAST (movimento dos agricultores sem terra). Suas ações vão desde ocupações de terra e acampamentos, fechamento de rodovias, liberação do pedágio de estradas privatizadas até manifestações em prol da proteção da biodiversidade. Estas ações ocorreram principalmente no Oeste, Centro e Norte do Paraná. Além de manifestações realizadas por movimentos já consolidados, houve acampamentos e protestos por parte movimentos independentes.

Outras lutas que merecem destaque são a dos ilhéus e pescadores atingidos pela criação do Parque Nacional de Ilha Grande e construção do canal de navegação no lago de Itaipu. Estes ilhéus fecharam por várias vezes a ponte Ayrton Senna (em Guaíra) que liga as regiões Norte e Centro-Oeste ao Sul do Brasil.

Os pescadores e ilhéus estão organizados na APIG (Associação dos Pescadores e Ilhéus de Ilha Grande) e na Colônia de Pescadores Z-13 de Guaíra. As principais reivindicações estavam voltadas para as indenizações da posse de terra na Ilha Grande e pela construção do canal de navegação que destruiu o habitat natural da íctio fauna resultando numa diminuição dos cardumes de peixes do Lago de Itaipu. Entretanto, o governo se recusa a pagar o preço reivindicado pelos atingidos com a formação do parque nacional de Ilha Grande que é de R\$ 9.000,00 por família.

Os indígenas do Norte e Oeste do Paraná também fizeram manifestações pela demarcação de suas terras e contra a invasão feita pelos fazendeiros. No Oeste, a luta dos indígenas ocorreu com a ocupação do Parque Nacional do Iguçu. A demarcação das áreas indígenas na verdade parte de uma grande contradição, pois a criação dessas reservas é na verdade uma prisão para estes povos que por natureza são livres. Por outro lado, os indígenas vêem na demarcação de suas áreas o único modo de conseguirem sobreviver e manter o pouco do que resta de sua cultura e seu modo de vida, frente à expansão capitalista que vem expulsando esses povos de suas áreas de origem.

Protestos e fechamento de rodovias, linhas férreas e agências do Banco do Brasil também foram organizadas pelo Sindicato Rural Patronal, com a participação de produtores rurais e pequenos agricultores. Estes protestos aconteceram em todo o Paraná, mas as maiores concentrações foram nas regiões Oeste e Norte do Estado. Estas lutas reivindicavam uma política cambial que atendesse aos interesses dos produtores rurais, bem como a renegociação das dívidas com os bancos.

Um fato que chamou bastante a atenção é que produtores rurais começam a se organizar e protestar de forma semelhante aos movimentos sociais, ou seja, com o fechamento de rodovias e agências bancárias. Outra

característica destas manifestações é o fato de que os grandes proprietários conseguiram incorporar na luta os pequenos agricultores com o discurso de que os benefícios seriam para todos.

### Considerações finais

Foi possível verificar por meio da coleta de informações e dados dos jornais folha de Londrina, O Paraná e Gazeta do Paraná que as lutas no campo paranaense apresentam espacializações e características variadas. Dentre as principais lutas realizadas no Estado do Paraná destacam-se aquelas relativas à conquista da terra, obtenção de recursos financeiros, assistência técnica, preservação da biodiversidade e infraestrutura para agricultura camponesa e empresarial. A partir das diferentes demandas verifica-se também a presença de variados movimentos, dos quais se destacam a Via Campesina, MST, MLST, pescadores, ilhéus e STRs.

As lutas dos camponeses não são necessariamente locais e ligadas aos seus interesses corporativos e imediatos. São lutas contra a estrutura de dominação engendradas no processo ampliado de acumulação capitalista. As transformações recentes ocorridas no campo paranaense e brasileiro devem ser entendidas nesse contexto, quando os trabalhadores do campo vão acrescentando novos conteúdos à questão agrária.

### Bibliografia

- ALMEIDA, R. A. Os (des) Caminhos do Campesinato Brasileiro. In: Caderno Prudentino de Geografia. *Geografia, Movimentos Sociais e Natureza*. N. 19/20. 1997. p. 36-58.
- AMIN, S. VERGOPOULOS, K. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- BOGO, A. *Lições da Luta Pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Resgatar os Princípios Organizativos*. São Paulo: MST. 2001.
- BONIN, A. A. et al. *A Luta Pela Terra no Paraná Recente*. In: PAZ, Francisco. *Cenários de Economia e Política - Paraná*. Curitiba. Prephacio. p. 119/143. 1991.
- BONIN, A. A. et al. *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba: Criar Edições. 1987.
- BRENNEISEN, E.C. *A Luta pela Terra no Oeste Paranaense (Do Movimento ao Assentamento: Limites e Contradições de Um Projeto Coletivo de Produção)*. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP.
- CARVALHO, H. M. *Comunidade de Resistência e Superação*. Curitiba: Digitado. 2002.
- DATALUTA. (Banco de Dados da Luta Pela Terra). *Relatório de Pesquisa*. Presidente Prudente: Nera. 2001 a 2004.
- ESTERCI, N. et al. Assentamentos rurais: um convite ao Debate. ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). *Assentar, Assentados e Assentamentos. Solução ou Atenuante*. Campinas, ABRA, v. 22, 1992. p. 07-15.
- FERNANDES, B. M. *MST - Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez. 2001.
- Folha de Londrina*. Londrina: 01/01 a 31/01/2006.
- Gazeta do Paraná*. Cascavel: 01/01 a 31/01/2006.
- GÖRGEN, F. S. A., STEDILE, J. P. (Orgs.). *Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- INCRA. [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 31/01/2004.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: o Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp. 2000.
- MEDEIROS, L. S. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. [www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br). 1993.
- \_\_\_\_\_. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase. 1989.

- MST. *Encontro Nacional dos Sem-Terra*. Cascavel: MST. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio*. São Paulo: MST. 2000.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições*. São Paulo. Digitado. 1992.
- \_\_\_\_\_. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: *XII Encontro Nacional de Geografia Agrária*. n, 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.
- O Paraná*. Cascavel: 01/01 a 31/01/2006.
- PAZ, F. *Cenários de Economia e Política - Paraná*. Curitiba: Prephacio. 1991.